

IGREJA CATÓLICA: NOVOS TEMPOS, NOVAS REALIDADES NEOCATECUMENATO*

Leonardo Humberto Soares**

Resumo: Nada inquieta tanto o espírito humano quanto o debate sobre o “Divino”. A religiosidade, que é uma característica inerente ao ser humano, suscita manifestações das mais diversas formas e tipos. Entretanto, estas manifestações necessitam de todo um aparato para se sustentar dentro da sociedade. Neste sentido, este pequeno ensaio visa um rápido vislumbre sobre um movimento emergente na Igreja Católica que, mediante um claro retorno à tradição e de um combate aberto ao sistema globalizante e individualista, sustenta seu projeto de identidade de forma a aumentar sua esfera de influência.

Palavras-chaves: Igreja Católica, identidade, religiosidade.

IGREJA CATÓLICA: *CONTEXTU*

A Igreja Católica Apostólica Romana se constitui como uma das instituições religiosas mais importantes do mundo. É fato que para a organização de uma estrutura tão complexa, temos um elaborado sistema hierárquico que enfatiza a unidade e a autoridade.

Apesar do objetivo supra-racional da Igreja Católica (a salvação das almas), esta, como uma instituição, desenvolve interesses e objetivos que necessitam de um instrumental prático para sua realização. Assim, nascem preocupações como a construção de sua unidade, número de adeptos, situação financeira, posição em relação a outras religiões e outras preocupações que se fazem necessárias para sua preservação.

Com o compromisso de validar a salvação universal, a Igreja Católica se propõe incluir em suas fileiras todas as classes sociais, o que explica o caráter cauteloso e conservador do Vaticano no que se refere a evitar polarizações e mudanças radicais.

As ações da Igreja, como em qualquer outra instituição, são influenciadas pelas mudanças na sociedade em geral, que se refletem em conflitos internos referentes aos vários grupos politizados existentes em sua composição, como mostra Scott Mainwaring:

* Artigo baseado em monografia de graduação apresentada ao Curso de História, UniCEUB, 2002.

** Graduado em História pelo UniCEUB, Pós-Graduando *Lato Sensu* em Tecnologia em Educação à Distância (UCB), aluno especial no Mestrado em Ciências da Informação – UNB.

Dentro da Igreja há muitas visões conflitantes com os legítimos interesses da instituição e como alcançá-los. Dependendo do modelo que se tenha da Igreja, a adoção de um determinado propósito pode ser visto como absolutamente essencial ou como errôneo.¹

Assim, apesar da Igreja não promover um ou outro interesse de setores conflitantes, ela repensa seu instrumental de acordo com os conflitos das diferentes concepções de fé. Esses conflitos geralmente não são antagônicos, nem totalmente consciente é a busca pela hegemonia dentro da Igreja. Mas estes processos ocorrem quando os setores eclesiais tentam estabelecer sua percepção da missão da Igreja como verdadeira e correta.

Tentando se enquadrar no contexto contemporâneo, a Igreja Católica iniciou uma série de procedimentos modernizantes no Papado de João XXIII (1958-1963). Contudo, não se distanciou de suas características conservadoras e hierárquicas, mesmo quando iniciou seu apoio aos grupos leigos e populares.

Os movimentos de caráter não institucional acabaram por movimentar mudanças importantes dentro da Igreja, mas é importante frisar que estes movimentos só conseguiram força de ação com a receptividade e o suporte da hierarquia eclesial. Quando determinado movimento não se enquadra nos objetivos principais da Igreja, acaba por permanecer relativamente isolado e se torna incapaz de modificar as tendências dominantes.

Atualmente, após um período de “banimento” do sentimento religioso, consagrado em nome da racionalidade e da autonomia científica, podemos perceber uma nova ressacralização da sociedade e uma tempestuosa e inquietante busca pelo divino.

Recarregada com um novo ardor contemplativo, a Igreja se vê obrigada a se adaptar às novas características religiosas e utiliza-se do poder de articulação dos movimentos laicos a fim de recriar uma via de acesso que agregue a grande massa que hoje se vê à mercê de um fragmentado “mercado religioso” sem, no entanto, modificar profundamente suas bases hierárquicas e conservadoras.

Como resultado desta nova política de agregação, podemos ver a manifestação de uma corrente neoconservadora, expressa em movimentos laicos como a Renovação Carismática Católica (RCC), *Communione e Liberazione*, Neocatecumenato, entre outras.

Dentre destas, o chamado Caminho Neocatecumenal se destaca pela sua singularidade em relação aos movimentos leigos que atuam hoje em dia. Com características próprias, como o estilo dos cânticos, a arquitetura e decoração de suas celebrações, a formação de um corpo

¹ Scott Mainwaring. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916/1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 19.

eclesiástico próprio e a fundamentação em uma “Igreja Primitiva” advinda de um período anterior a uma “Doutrina Escolástica”, o movimento Neocatecumenal cresce de maneira eloqüente em vários países, tanto na América como na Europa, África e Ásia, e causa uma série de polêmicas dentro do corpo sacerdotal católico.

Apesar de ser apoiado pelo Vaticano e contar com a profunda integração do Papa João Paulo II, o movimento não se isenta de severas acusações e por vezes é identificado por alguns como um movimento independente e herético, como cita Padre Enrico Zoffoli, em seu livro intitulado “As heresias do Movimento Neocatecumenal”².

O Caminho Neocatecumenal é, com certeza, um dos movimentos que mais cresce no mundo. Esse crescimento é visualizado na quantidade de comunidades catecumenais que se iniciam em vários Estados brasileiros e em vários países do mundo, além da crescente simpatia demonstrada ao movimento pelo Papa João Paulo II, o que confirma sua credibilidade diante do alto clero.

IGREJA CATÓLICA – POLÍTICA E EVANGELIZAÇÃO NO BRASIL

A participação dos movimentos leigos dentro Cúria Romana só foi permitida pelo Vaticano de acordo com a sua visão do momento político e as suas necessidades de adaptação às circunstâncias difíceis pelas quais a Igreja passava. Na verdade, a falta de uma base popular para servir como sustentáculo para as articulações eclesiásticas foi sempre um “calcanhar de Aquiles” para a Igreja Católica no Brasil. Esse problema só foi considerado seriamente pela Igreja após a Segunda Guerra Mundial, quando a crise na Igreja Católica brasileira se agrava. Neste período, há uma mudança na mentalidade política, que agora se direciona principalmente para a preocupação com os pobres e com a justiça social. Na verdade, o enfraquecimento na base popular da Igreja Católica neste período se deve principalmente à inadequação da política de massas utilizada pelo movimento da Neocristandade.

Iniciada em 1916 pelo arcebispo de Recife e Olinda, Dom Sebastião Leme, o movimento do Neocristandade visava combater os graves problemas que a Igreja Católica enfrentava no momento, advindos de seus conflitos com o Estado monárquico no século XIX.

Desde o período colonial, a Igreja Católica brasileira era obrigada a se submeter ao Estado, o que significava, entre outras coisas, que nenhuma ordem do Papa poderia vigorar no Brasil sem a devida autorização do Imperador. A partir da segunda metade do século XIX, o

² Orlando Fedeli (19 Jul. 2000), "Espaço do Leitor", Montfort Associação Cultural, <http://www.montfort.org.br/perguntas/neocatecumenato.html>> (22 Out. 2001).

Vaticano tentou imprimir uma maior autoridade às Igrejas brasileiras, objetivando um sentimento católico mais marcante na sociedade e uma religiosidade oficial mais aceitável.

Seguindo o desejo de Roma, os representantes do movimento reformista brasileiro, que eram na sua maioria politicamente conservadores e extremamente intolerantes em relação à maçonaria e a outros movimentos religiosos, acabaram por entrar em conflito com a Monarquia, conflito este que em 1874 acabou com a prisão dos bispos de Olinda e Belém, respectivamente, Dom Vidal e Dom Macedo. Este fato desencadeou o rompimento da Igreja e o Estado, assinalado oficialmente na Constituição de 1891.³

Em 1916, Dom Sebastião Leme passou a chamar a atenção para a fragilidade que a Igreja Católica brasileira passava naquele momento. Argumentando sobre a necessidade da Igreja ter uma presença mais marcante no Brasil, um país tipicamente católico, Dom Sebastião apontou o estado precário da educação religiosa, motivada pela grande falta de padres e a ineficiência nas práticas religiosas populares. Além do mais, a situação econômica da Igreja institucional era precária, e sua limitada influência política não melhorava o quadro.

Neste momento, a Igreja da Neocristandade se concentrava não nas elites governantes, mas no aparelho estatal como um todo. Os principais líderes católicos se concentraram em conseguir uma aliança com o Estado, a fim de restabelecer a relação de favorecimentos que havia entre ambos. Assim, a partir de 1920, a Igreja apostou em uma grande movimentação laica de classe média. Mobilizando milhares de pessoas, a Igreja da Neocristandade organizou uma série de movimentos leigos, estritamente ligados à hierarquia eclesiástica e que modificaram a balança do poder entre Igreja e Estado, afirmando, assim, uma presença católica mais forte nas instituições estatais. A partir da criação do Centro Dom Vidal, em 1922, viu-se emergir uma influente geração de líderes católicos que acabaram por ser os germes de uma série de importantes movimentos criados neste período.

Durante quatro décadas, a Igreja da Neocristandade conseguiu alcançar seus objetivos, mantendo o monopólio religioso, estabelecendo uma relação harmoniosa com as elites estatais, sendo uma voz ativa na educação e satisfazendo suas principais exigências em relação à moralidade da sociedade.

Contudo, a Igreja ainda se valia da luta contra a secularização, da sua influência junto ao poder estatal e de seu monopólio religioso para exercer sua autoridade, sendo extremamente frágil em suas bases populares.

³ Scott Mainwaring. Op.Cit., p.42. A obra de Scott Mainwaring serviu como base para a construção histórica do ensaio.

Após a Segunda Guerra Mundial, tornou-se inviável para a sociedade brasileira manter-se em uma ideologia anti-modernizante e hierarquizada como a proposta pela Igreja da Neocristandade. Começaram a surgir os primeiros atritos entre o Estado e a Igreja, que passou a ter uma receptividade menor no aparelho estatal.

Paralelamente, a população pobre passou a se politizar, organizando-se em movimentos populares que adquiriam enfoque progressista e anticatólico. Houve, então, um grande escoamento das bases populares para as religiões não “oficiais”, como o espiritismo e o protestantismo.

Todas essas atividades que abalavam o poder da Igreja acabaram por causar vários atritos entre os membros do clero. Assim, vários componentes importantes da Igreja começaram a questionar e a desafiar vários aspectos do movimento da Neocristandade, e a Igreja brasileira acabou dividida em facções, da qual se destacou o trabalho feito pelo movimento Reformista, que atuou até meados de 1964.

Além da conturbada movimentação pela qual passava a Igreja Católica brasileira, outras manifestações em âmbito internacional assolavam a elite clerical do Vaticano e acabaram por impulsionar o movimento Reformista na América Latina.

Com a morte de Pio XII, em 1958, subiu ao papado João XXIII, que, em conjunto com as reformas produzidas pelo Concílio Vaticano II (1962/65), introduziu na Igreja uma série de medidas modernizantes, que valorizavam os movimentos leigos e propuseram uma maior interação entre os indivíduos do clero, além de incentivar o seu envolvimento nas questões sociais. Apesar dessas reformas, a Igreja ainda pregava o forte regime hierárquico e o seu não envolvimento na política.

Embora o Concílio Vaticano II caracterizar-se por ser uma reforma tipicamente européia, causou uma maior repercussão nos países da América Latina, devido ao contexto sócio-cultural em que esses países se desenvolviam.

À medida que o Concílio Vaticano II legitimava vários movimentos já existentes, servia como propulsor para as principais mudanças eclesiais ocorridas no Brasil. No entanto, não dissipava as disputas ainda existentes entre os segmentos da Igreja Católica brasileira, que se fragmentavam em várias linhas teórico-políticas.

Partindo desse apoio dado pelo Vaticano, o movimento Reformista passou a agir como um agente “transformador do mundo”, desvinculando-se das premissas tradicionais que colocavam a Igreja como infalível e acima das questões terrenas e se posicionando a favor de seu papel social e antielitista.

Em um momento de “afrouxamento” da hierarquia eclesiástica, iniciou-se a concepção de movimentos de base que foram contagiados pelas transformações sociais da época. Operários, camponeses, médicos e universitários católicos acabam por ser influenciados pelas grandes transformações sociais que incorporam seus anseios de classe. A fusão destes anseios com a fé ilustram o surgimento de movimentos populares que a princípio não se alinhavam com a ideologia do Vaticano.

Como exemplo da atuação da ala esquerdista da Igreja, temos o movimento da Juventude Universitária Católica (JUC), que, criado em 1930, tinha inicialmente um apelo conservador e clerical e que visava incorporar a próxima elite intelectual que surgia.

A partir do momento que consegue certa autonomia de ação, o movimento se alinha ao pensamento teórico marxista e acaba por envolver-se com os partidos de esquerda do Brasil. A pesar de ser um movimento relativamente pequeno, a JUC era bem articulada e bastante expressiva na UNE.

Esse envolvimento de um grupo católico na política acabou por gerar grandes conflitos com a ala conservadora da Igreja. As sanções começaram a partir de 1961, por meio de um documento episcopal que proibia ao movimento manifestar-se de maneira radical ou de assumir compromissos políticos que não eram de interesse da Igreja. Essas intervenções acabaram por dismantelar o movimento, que se desfez em 1966.

Os dissidentes da JUC acabaram por ingressar no grupo Ação Católica Popular (AP), que incorporou a ideologia dos membros da JUC e acabou por se tornar um dos principais veículos da atividade política esquerdista dos católicos. A ação da AP no quadro nacional acabou com o Golpe de 64.

Apesar de não ter conseguido grandes influências internas na instituição como um todo, o movimento de esquerda católica mostra como grupos inicialmente patrocinados e controlados pela hierarquia podem adquirir independência e bater de frente com as autoridades da Igreja.

Toda esta movimentação laica que acontecia no Brasil e na América Latina teve seus reflexos também na Europa. Um grupo laico em especial, surgido nas favelas de Madri, conseguiu mesclar toda uma política de massas com a corrente conservadora e hierárquica que a Igreja Católica defendia.

Com uma articulação que inclui estar presente em mais de 90 nações em todos os continentes, o Caminho Neocatecumenal nasceu em 1964 nas favelas de Palomeras Altas

(Madri – Espanha). Seus idealizadores foram Francisco Arguello (Kiko), um pintor prestigiado na Europa, e Carmen Hernández, membro de institutos religiosos locais.⁴

O Caminho Neocatecumenal age com uma estrutura infra e intraparoquial. Para se inserir no contexto de uma paróquia, faz-se necessário que os catequistas responsáveis peçam autorização ao bispo responsável pela diocese.

Com um programa de itinerantes, o Caminho Neocatecumenal internacionaliza seus membros e os incentivam a saírem de suas comunidades para viverem em outros países⁵.

Apesar de, segundo seus fundadores, o *Caminho* não intencionar a ser nem um grupo espontâneo, nem uma comunidade de base, nem uma associação de leigos, nem um movimento de espiritualidade, nem um grupo de elite da paróquia, suas movimentações dentro da instituição católica geram vários conflitos e indagações acerca de suas intenções⁶.

Essas críticas partem tanto de grupos leigos, como de dentro da própria Igreja. A singularidade do *Caminho* faz com que o movimento se assemelhe a uma espécie de Igreja isolada dentro dos movimentos laicos. Apesar dos catecúmenos afirmarem que as anuências dos bispos e dos párocos são seguidas à risca, certas atitudes parecem contradizer tal afirmação. Muitos se auto-excluem da vida eclesial comum, deixando de lado as tarefas sociais e os aspectos coletivos da fé e ficando a secularidade específica dos leigos escassamente assumida. Assim, não se envolvem com nenhum projeto de ajuda social direta, como creches, abrigos ou qualquer entidade filantrópica. A ajuda se limita aos membros de cada grupo, que se denominam de “comunidade”.⁷

Com métodos específicos de arquitetura e formas próprias de imagens sacras, cantos, ministérios e linguagem simbólica, o Catecumenato reforça a idéia de autonomia dentro dos grupos laicos.

Não faltam os que acusam o Caminho Neocatecumenal de se apresentar como algo absoluto, quase desprezando os demais movimentos apostólicos e outras maneiras de viver e testemunhar a fé, dando a impressão de que é o único *Caminho* de salvação.

TERMINUS A QUO – PONTO DE PARTIDA

⁴ Ezechiele Pasotti (Org). *O Caminho Neocatecumenal segundo Paulo VI e João Paulo II*. São Paulo, Editora Loyola, 1999, p. 23.

⁵ Felipe Aquino (19 Nov. 2001), "Neocatecumenato", Editoras Cléofas, <<http://www.cleofas.com.br/html/igrejacatolica/cnbb/neocatecumenato.html>> (22 Out. 2001).

⁶ Idem.

⁷ Ibidem.

Uma cerimônia longa, confusa e muito criticada abria, no dia 12 de outubro de 1962, o que viria a ser uma das maiores reformas vistas na cristandade romana. Por um lado, João XXIII, chamado também de o “Papa Bom”, sairia de sua postura de “Papa de transição” para figurar na história como o catalisador de uma série de reformas que já, de forma descentralizada, assolava Igreja há algum tempo.

A princípio, o Concílio conseguiu criar mais perguntas do que respostas. Segundo o Frei Federico Vier, era impossível que em uma assembléia deliberante com mais de mil participantes se conseguisse manter a ordem ou se coordenar uma discussão sobre temas que mexiam profundamente no sentimento religioso do corpo clerical. Além do mais, a própria estrutura em que o Concílio foi montado pegou muitos conservadores de surpresa. Enquanto muitos esperavam um Concílio moldado em formas tradicionais, o latim, utilizado como língua oficial, causava uma série de problemas com a maioria dos padres conciliares que já haviam perdido sua fluência. Esta situação demonstrava o início da ruína dos antigos modos operativos que estavam sendo perpetuados até então.

A primeira parte do Concílio, levada até o falecimento de João XXIII, foi caracterizada pela grande desordem e desorientação pelos quais a Igreja passava naquele momento.

A esta “crise” de ordem do Vaticano, se juntava a imagem negativa que João XXIII conseguiu junto ao mundo romano, criada a partir de sua interferência na questão dos mísseis em Cuba⁸, na recepção ao embaixador russo e ao presidente da Itália, e até mesmo com a publicação de sua encíclica, *Pacem in terris*, em abril de 1963.

Neste mesmo ano, com a morte de João XXIII, sobe ao papado Paulo VI, com a difícil tarefa de terminar a obra idealizada por seu antecessor. E, apesar de algumas oscilações, Paulo VI consegue dar prosseguimento às metas do Concílio até sua morte em 1978. Nesse período, a formação de uma consciência modernizadora e de abertura, levada também pela ala conservadora que agora via a necessidade de uma reestruturação para se adaptar aos novos tempos, permitiu que fossem absorvidas as propostas até então consideradas chocantes.

Apesar do período pelo qual a Igreja passou durante o Concílio Vaticano II (outubro de 1962 a setembro de 1963), ter sido impregnado por medos e receios, tanto por parte daqueles que apoiavam como aqueles que atacavam o Concílio, é verdade que houve

⁸ Em 1963, com a crise dos mísseis em Cuba, o Vaticano atuou como mediador entre a União Soviética e os Estados Unidos. Como recompensa, o papa João XXIII exigiu a libertação do arcebispo católico Monsenhor Josyf Slipeyi, bispo desde 1939 e que lutava contra a liquidação da Igreja Católica na URSS.

mudanças significativas na Igreja Católica Romana, que passou a se sintonizar com as necessidades do mundo secular moderno.

A perspectiva de mudanças ia ao encontro dos anseios de uma grande multidão leiga, esperançosa com a possibilidade de penetrar no cerne das decisões canônicas.

A abertura de uma pequena brecha no mundo hermeticamente fechado da Cúria Romana suscitou uma nova gama de grupos leigos que, empolgados com todo o frenesi emanado do Concílio, trataram de se adaptar à possibilidade desta nova realidade. Mas como fazer isso? Uma possibilidade de mudança viria de um argumento que o Concílio não se cansava de repetir. A volta para as concepções originais da Igreja, adotando até mesmo a metodologia de uma Igreja Primitiva ainda não secularizada, estava presente em várias discussões do Concílio.

Podemos ver uma certa tensão resultante dos interesses e concepções que circulavam no concílio. Enquanto se faz uma tentativa de modernizar as atitudes da Igreja e se adaptar à uma nova realidade mundial, utiliza-se de um instrumental que atua dentro de uma conjuntura semelhante aos modos fundamentalistas, pois se atém a um regresso ao que seria o correto modelo cristão. Castells faz uma ótima definição deste tipo de fundamentalismo:

A construção da identidade coletiva segundo a identificação do comportamento individual e das instituições da sociedade com as normas oriundas da lei de Deus, interpretadas por uma autoridade definida que atua como intermediária de Deus e a humanidade.⁹

O uso deste instrumental vai ao encontro de um antigo rito cristão utilizado até meados do Século III d.C., chamado de Catecumenato.

Segundo Pe. Paulo¹⁰, na Igreja Primitiva, todos aqueles que queriam abandonar o paganismo e se tornarem cristãos deveriam cumprir uma série de etapas propostas em um itinerário de formação que se chamava Catecumenato (do grego catekeo – “faço ressoar”, ou no passivo “ouço”)¹¹, para, então, receber o batismo. Assim, eram introduzidos nas catequeses para fazerem um caminho de fé. Porque a fé sempre foi vista na Igreja como uma gestação. Na Igreja Primitiva, todos que desejavam receber o batismo iniciavam este Caminho na fé, baseados em uma síntese entre palavra (Kerygma), liturgia e moral.

No período em que os apóstolos ainda pregavam, este primeiro contato era feito diretamente entre os responsáveis pela fé e os possíveis cristãos. Não obstante, já recebiam

⁹ Manoel Castells. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – O Poder da Identidade*. Volume 2. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1999, p.29.

¹⁰ Pe. Paulo participa do caminho Neocatecumenal há mais de 20 anos e expressou de maneira sintática, em uma entrevista realizada em meados de maio, o que seria este Catecumenato.

¹¹ Ezechiele Pasotti (Org).Op.Cit., p. 23.

este anúncio que era acolhido logo que batizados. Com o passar dos primeiros séculos, este caminho em direção à fé madura passou por transformações, sendo dividido em etapas ao longo de um período bem maior. Este fato se deu até a conversão de Constantino em 312 d.C.

Pe. Paulo entende ainda que, com a conversão do imperador, as grandes massas começaram a buscar a salvação pela Igreja. Porém, já não era viável se fazer o Catecumenato como era feito anteriormente. Havia a necessidade de se adaptar o batismo a essa nova realidade de massas, introduzindo-os na fé de uma maneira mais rápida. Apesar do Catecumenato não fazer mais parte do cotidiano da Igreja, seus valores se viam preservados devido à grande expansão da cultura cristã, de modo que a sociedade, figurada no seio das famílias, defendia a Igreja e a Sagrada Escritura.¹²

Inspirado no discurso desta revitalização pela via do retorno aos rituais da Igreja Primitiva, vários grupos leigos começaram a ser formados segundo os novos critérios lançados pelo Concílio, utilizando-se do conceito de Igreja Primitiva para apresentar a sua teologia. Dentre eles se destacam Opus Dei, Focolares, Comunhão e Libertação, entre outros. Assim, cada carisma (designação dos dons e disposição de cada cristão para o desempenho da sua missão dentro da Igreja) possuía sua forma, mas todos baseados no catecumenato da Igreja Primitiva. Contudo, todos estes grupos, a priori, estavam ligados aos interesses do Vaticano II.

Estes movimentos suscitarão certas correntes dentro da Igreja que se manifestaram contra o *Caminho*, acusando-o de ser herege e de tentar modificar as estruturas clássicas do apostolado. Mas, segundo seus idealizadores, todas as modificações feitas nos ritos e na iconografia já fazem parte da realidade da Igreja e estão totalmente de acordo com as propensões do Concílio e do santo Papa.

EX POSITIS - DO QUE FOI EXPOSTO

O que define um grupo? Ordinariamente, a palavra grupo define, indiscriminadamente, a muitas coleções de diferentes pessoas. Um punhado de jogadores de futebol, vários operários de uma fábrica, um conjunto de alunos universitários etc... Mas, devido a grande quantidade de grupos existentes na sociedade, fica difícil caracterizá-los de maneira geral. Ainda mais que muitos destes grupos, apesar de possuírem características que os une de alguma forma, por vezes não possuem um senso de identidade coletiva. Dentro deste contexto, a sociologia define, através da análise dos

¹² Para maiores informações, consultar “*Instrução aos Catecúmenos*”, de Santo Agostinho.

tipos de coletividade, o conceito de “Grupo Social”, que vem ao encontro da realidade deste trabalho. Segundo este conceito, o grupo social consiste em “um certo número de pessoas, cujas relações se fundem numa série de papéis e status interligados, interagindo de forma mais ou mesmo padronizada, em grande parte determinada pelas normas e valores que aceitam. São unidas ou mantidas juntas por um sentido de identidade comum ou uma semelhança de interesses que lhes permite distinguir os membros dos que não são membros. O grupo social identifica-se, portanto, por três atributos: interação padronizada, crenças e valores partilhados ou semelhantes e, para usarmos a expressão de Franklin H. Giddings, consciência de espécie”.¹³

Iniciar por esse ponto coloca à tona uma das premissas do Caminho Neocatecumenato. Verdadeiramente, os responsáveis pelo *Caminho* afirmam, com muito entusiasmo até, que o Neocatecumenato não pode ser considerado como um grupo, uma seita ou qualquer outro tipo de instituição, mesmo que atuante dentro da Igreja. Segundo eles, o Caminho Neocatecumenal seria, na verdade, uma “ferramenta”, um instrumental que a Igreja utiliza para trabalhar a evangelização de seus fiéis.

Não se faz necessário negar esta concepção neocatecumenal. Se para os participantes do Caminho, ou para seus organizadores, eles realmente agem como instrumento da Santa Sé, não se tem como afirmar o contrário. Entretanto, tentando facilitar a introdução de um estudo sobre criação de identidade, analisaremos as similaridades do cotidiano neocatecumenal como as propriedades de um grupo, ou seja, um conjunto de indivíduos que têm interesses comuns. Mesmo porque, uma das grandes acusações feitas ao Neocatecumenato seria esta concepção de grupo hermeticamente isolado, que não se mistura à vida litúrgica comum. Sobretudo, mesmo quando não se concebe a idéia do *Caminho* como sendo uma Igreja dentro da Igreja, sua identidade ainda se materializa com a idealização de um grupo.

Com certeza, podemos colocar que, *até o presente momento*, o Caminho Neocatecumenal está sincronizado com os interesses do Vaticano, quer sejam da ordem supra-racional, quer sejam das ordens meramente institucionais. Podemos colocar que, “até o presente momento”, porque não podemos prever quando uma nova ordem política começará a emergir dentro do Vaticano. Estas mudanças poderiam vir com a subida de um novo nome ao Papado, dadas as atuais dificuldades de João Paulo II ou, ainda, a ascensão de um novo grupo que possa redirecionar o caminho da Igreja. Casos como o da Teologia

¹³ Ely Chinoy. *Sociedade*. Uma Introdução a Sociologia. São Paulo, Editora Cultrix, 2000, p. 74.

da Libertação, ou do movimento francês de esquerda católica, Le Sillon, de Marc Sangnier, que S. Pio X acabou por condenar na Carta Apostólica Notre Charge Apostolique, de 25 de agosto de 1910, ilustram como a Igreja Católica pode mudar o seu enfoque de acordo com o rumo dos acontecimentos.

Mas, de qualquer forma, por que é tão fácil atribuir a alcunha de grupo ao Caminho Neocatecumenal, já que, segundo a sua definição de instrumento da Igreja, este deveria existir mesclado à própria Igreja?

Este fato se dá pela estrutura de ritos que o *Caminho* utiliza. Esses ritos diferenciados dão a impressão que o *Caminho* tende a uma autonomia dentro da Igreja.

Realmente, as manifestações destes ritos neocatecumenais são a principal base para a construção da identidade do Caminho. A iconografia, a musicalidade, a arquitetura das Igrejas e a própria eucaristia descaracterizam o *Caminho* em relação à tradição secular. Mas, tal “descaracterização” faz parte de um projeto que não deixa de ser condizente com as premissas do Concílio.

Entretanto, estar compassado com o Vaticano não exclui o *Caminho* de encontrar resistências em setores conservadores da Igreja. Para enfrentar este desafio, o Caminho conseguiu uma estrutura logística que serve como principal fonte construtora de sua identidade, pois, mais ainda que agregar fiéis, esta estrutura forma uma parcela do futuro corpo eclesiástico da Igreja, que um dia poderá substituir o atual, sobrepondo-se às resistências.

Esta estrutura é visualizada através dos Seminários *Redemptoris Mater*, que preparam presbíteros para a evangelização segundo o programa do Caminho Neocatecumenal. Ora, para que se abra as comunidades em determinada paróquia, se faz necessária a autorização incondicional do pároco responsável. Como foi mostrado muitas vezes, o Caminho encontra certa resistência para a sua implementação. Contudo, a partir do momento que este velho clero vai sendo substituído por uma nova “casta” de presbíteros formados na tradição Neocatecumenal, esta resistência vai sendo vencida.

O primeiro Seminário *Redemptoris Mater* nasceu em Roma, no ano de 1987. Nestes quinze anos de existência, esta experiência se multiplicou para um número superior a vinte e cinco unidades no mundo todo¹⁴. Em 1997, o número de seminaristas já ultrapassava a casa de mil e duzentos.

¹⁴ Segundo estudos estatísticos da Diocese de Roma, citado por Ezechiele Pasotti (Org). Op.Cit., p. 168.

Apesar dos Seminários *Redemptoris Mater* não serem seminários do Caminho Neocatecumenal, mas sim, seminários diocesanos que dependem do Bispo, os candidatos a presbíteros deste Colégio recebem a mesma formação teológica de outros seminários da diocese. Fazem um ano de pastoral na paróquia como diáconos e dois anos na diocese como presbíteros antes que o Bispo possa enviá-los em missão.

Em relação à resistência na construção do projeto de identidade da Comunidade Neocatecumenal, podemos estabelecer zonas de atrito entre o Caminho, o clero e a comunidade. Estes atritos agem de maneira informal ou não, dependendo da área de atuação.

Na área institucional, como colocado anteriormente, existe todo um conjunto clerical conservador que imprime uma grande resistência ao Neocatecumenato e à sua liturgia. Esta resistência se dá abertamente e é baseada em acusações de erros de interpretação, fuga do projeto do Concílio, tentativa de se inserir de modo independente à ordem do Vaticano e outras acusações que já foram expostas neste trabalho.

No tocante às relações entre o Neocatecumenato e os outros movimentos existentes na Igreja, vê-se que muitas vezes as tensões são veladas sob um manto de “boas maneiras”. Tanto os organizadores do Caminho Neocatecumenal como os organizadores de outros grupos jovens se utilizam do discurso da “boa cooperação” quando se toca no assunto. Entretanto, verifica-se que, em alguns casos, há um tipo de disputa entre alguns membros desses movimentos, onde afirmações e críticas se manifestam com certa frequência.

Contudo, é no contexto sócio-cultural que o Neocatecumenato encontra o seu grande “alcoz”. Vale frisar que todo o processo de construção de identidade se apóia no estabelecimento de tensões, ou distâncias, entre o que seria o “eu” e o “outro”. Assim, um determinado projeto de identidade tenta prevalecer sobre outras fontes de significado.

No caso do Caminho Neocatecumenal, se percebe que valores tradicionais estão profundamente arraigados em seus procedimentos ideológicos, como a convivência em comunidade, o papel do pai na familiar (em um claro retorno ao patriarcalismo), a castidade, o decoro, a honestidade, honra, moralismo, etc... Todos valores identificados com a estrutura familiar, que a Igreja sempre valorizou com veemência.

Não por acaso que o Concílio Vaticano II aconteceu justamente na década de 1960, um período no qual as transformações culturais abalaram diretamente a estrutura familiar, o que atingiu diretamente a Igreja.

Apesar das estruturas familiares não serem estáticas, geralmente, resistiam de maneira impressionante a mudanças súbitas. E, respeitando os limites, havia uma certa padronização mundial nas relações familiares. Por exemplo, apesar de haver diferenças marcantes entre a monogamia ocidental e a poligamia em grupos africanos ou em grupos árabes, ambas se caracterizam por um casamento formal, com relações sexuais privilegiada para o cônjuge, o adultério sendo considerado como crime, a figura do marido sobrepondo-se à da esposa em um claro sistema patriarcal, a superioridade dos pais sobre os filhos e uma família nuclear (a figura de um casal com filhos)¹⁵.

A partir das décadas de 1960 e 1970, iniciou-se uma mudança drástica na conduta sexual, no relacionamento entre parceiros e no método de procriação. Estas mudanças, oficiais ou não, condiziam com a grande onda liberalizante que atingiu tanto os heterossexuais (principalmente as mulheres) como os homossexuais, e que se instalou graças aos novos rumos sócio-políticos e econômicos para os quais os grandes países capitalistas estavam se direcionando.

Podemos pegar como base a sociedade norte americana pós-guerra, visto que é o centro econômico mundial e centro irradiador de uma série de “manias” culturais. Em conjunto com o grande surto econômico do pós-guerra, viu-se a emigração de uma intelectualidade internacional para os EUA. Esta intelectualidade acabou por formar uma classe jovem crítica, radical e intelectualizada, que passou a questionar não só o sistema de “modo de produção” capitalista americano, como também a própria cultura norte americana, como a família, a posição da mulher na sociedade, a sexualidade e os demais padrões vigentes.

A figura da mulher dentro destas mudanças é de caráter fundamental. Com a criação da pílula, a mulher teve oportunidade de controlar a concepção, o que lhe permitia, por exemplo, o sexo antes do casamento, o relacionamento extra-conjugal sem os riscos de uma possível gravidez, ou, ainda, a possibilidade de ingressar em uma carreira sem a responsabilidade de filhos. Estes fatos contribuíram para uma emancipação social e cultural das mulheres. Deste momento em diante, mães solteiras não serão mais raridades. A figura de uma mulher assumindo o papel paterno no sustentar da família, com certeza, modificaria laços há muito estabelecidos, principalmente com a futura geração, que estaria nascendo sob um novo prisma cultural.

¹⁵ Eric Hobsbawm. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 - 1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 314. Em relação às mudanças culturais aqui mencionadas, segue-se a análise de Hobsbawm.

Esta juventude, vinda da quebra dos antigos paradigmas familiares, acabaria sendo influenciada pelos novos sistemas de difusão da informação, oriundas da crescente onda tecnológica que se iniciava a partir de então. Pressionada pela força da moda na sociedade de consumo, que agora focava as massas, estabeleceu-se então uma cultura jovem global. Logo, o poder deste mercado possibilitou a esta cultura jovem descobrir símbolos materiais ou culturais de identidade. Assim, por mais fortes que fossem os laços familiares e de tradição, passava a existir uma grande lacuna entre as experiências e expectativas desta nova geração em detrimento das gerações mais velhas. Esta cultura jovem acendeu o pavio desta revolução cultural, atuando na área de influência dos modos, costumes, lazer e consumo, formando a concepção do novo indivíduo urbano, que agora era definido pela busca do desejo individual, desejos que até então eram proibidos ou mal vistos, mas, que agora, se tornavam aceitáveis.

A resposta da Igreja não tardou. O Concílio Vaticano II suscitou o surgimento de uma série de grupos e movimentos que iniciaram um projeto claro de identidade de resistência. Este projeto atuava de modo duplo. Ao mesmo tempo em que buscava o retorno dos conceitos tradicionais de família e indivíduo, mudava o seu discurso ao sabor da nova realidade mundial. Logo, o Neocatecumenato veio a ser claramente um instrumento de resistência a essa nova realidade racionalista, existencialista, individual e de caráter anti-familiar (que abalara a influência da Igreja na sociedade) e que surgiu no âmbito das preocupações católicas, o que justifica o apoio recebido.

Este projeto de identidade vem obtendo relativo êxito e confirma a tendência atual do crescimento de movimentos com contexto fundamentalista. Apesar do Neocatecumenato não ser um grupo fundamentalista, visto o direcionamento de sentido modernizante que assumiu o Vaticano II, possui, contudo, características muito semelhantes aos movimentos que se voltam para o fundamentalismo. Estas características atuam, muitas vezes, como atrativo para uma sociedade que, de tempos em tempos, passa a questionar as benesses da modernidade e da secularização, e que passa a procurar a segurança proporcionada nos valores tradicionais, ainda mais quando esses são fundamentados em instituições que trabalham com a “verdade de Deus”.

E, assim, o Neocatecumenato vai construindo sua identidade e se projetando no contexto católico, no momento, com o apoio Papal e, por conseqüente, do Vaticano, mas sempre espreitado por outras linhas doutrinárias que almejam estar na atual situação em que se encontra. O Neocatecumenato, muitas vezes interpretado de maneira errônea, é claramente

possuidor de um projeto que envolve mudanças na estrutura da Igreja (com o aval do Vaticano, é claro).

Com atitudes que muitas vezes fogem do seu discurso, o *Caminho* acaba caracterizando seus membros com o estereótipo de radical, que se preocupa somente com o aspecto religioso e de aprendizado teológico, que na maioria dos casos desconhece o aspecto histórico do movimento que participa e que muitas vezes não visualiza a clara hierarquia existente.

Não obstante, as discussões e acusações acerca do Caminho Neocatecumenal, que estão longe de acabar, não tiram a importância e o brilho deste movimento relativamente jovem, mas que mantém, atualmente, o mais forte projeto de modificações dentro do laicato católico.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Janaína (Org) ; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. Volume II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHINOY, Ely. *Sociedade*. Uma Introdução à Sociologia. São Paulo: Editora Cultrix, 2000.

ECO, Umberto. *Como se faz uma Tese*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 - 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

PASOTTI, E. *O Caminho Neocatecumenal segundo Paulo VI e João Paulo II*. São Paulo: Editora Loyola, 1999.

VIER, Frei Frederico (Org.). *Compêndio do Vaticano II – Constituições, Decretos, Declarações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1968.

Sites da Web:

Felipe Aquino (19 Nov. 2001), "Papa Documentos", Editoras Cléofas, <<http://www.cleofas.com.br/html/papadocumentos/joaopauloii/movimentosleigos.html>> (22 Out. 2001).

Frei Djalmo Fuck (Março -2001). Instituto Teológico Franciscano. <<http://www.itf.org.br/reb/reb241/aprec/ap6.html>> (06 Maio. 2002).

Kiko Argüello (22 Maio 2001).Comunidades Neocatecumenais de Chile (22 Maio 2001),
“Testimonio de Kiko Argüello en Asís, el 1 de noviembre de 1.996”
<<http://www.geocities.com/catecumenado/KIKO2.htm> >(22 Maio 2001)

Orlando Fedeli (19 Jul. 2000), "Espaço do Leitor", Montfort Associação Cultural,
<<http://www.montfort.org.br/perguntas/neocatecumenato.html>> (22 Out. 2001).